


## Democracia(s)? Algumas considerações sobre abertura política de 1945 na (entre)vista de José Américo e no Manifesto Mineiro

*Democracy(s)? Some considerations on the political opening of 1945 in the (inter)view of José Américo and in the Manifesto Mineiro*

Cintya Chaves

 <https://orcid.org/0000-0002-0243-9258>  
Universidade Federal do Ceará

**Resumo:** Tomada pelos próprios sujeitos da época como uma referência, as declarações do Sr. José Américo de Almeida ao impresso do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, foram celebradas e reproduzidas por atender interesses partidários específicos e inaugurar na imprensa a campanha eleitoral, ainda que velada, de Eduardo Gomes para a presidência, na incerta eleição de 1945. Retomamos aqui esta conhecida entrevista e o Manifesto Mineiro, dentre tantas outras manifestações em prol da abertura política de 1945, tentando perceber quais as concepções empreendidas sobre a noção de democracia por esses atores que se construíram como “democratas”, mas que, ao cabo, se reuniram sob a sigla partidária da União Democrática Nacional (UDN). Não se trata de considerar se a partir de 1945 o Brasil vivenciou ou não uma democracia, afinal há uma historiografia que já bem ressaltou o caráter democrático desse período como nossa primeira experiência, mesmo em meio às contradições autoritárias então vigentes. Mas, sim, de refletir sobre alguns dos marcos produzidos sobre aquele momento e, principalmente, entender como os sujeitos definiram e manejaram compreensões sobre o conceito de democracia.

**Palavras-chave:** Democracia. Pátria. Tempo. História dos Conceitos.

**Abstract:** Taken by the subjects of the time as a reference; the statements of Mr. José Américo de Almeida, in February 1945, to the Rio de Janeiro press, *Correio da Manhã*, were celebrated and reproduced for serving specific party interests and inaugurating the electoral campaign, albeit veiled, by Eduardo Gomes in the presidency, of the uncertain election of 1945. We return here, this well-known interview and the Mineiro Manifesto, among many other manifestations in favor of the political opening of 1945, trying to understand the conceptions undertaken on the notion of democracy by these actors that considered themselves as “Democrats”, but who finally met under the party label of the National Democratic Union (UDN). It is not a question of considering whether, since 1945, Brazil experienced a democracy or not, after all, there is a historiography that has already highlighted the democratic mood of this period as our first experience; even amid the authoritarian contradictions of the period. But to reflect on some of the milestones produced about that moment and mainly understanding how the subjects defined and managed understandings on the concept of democracy.

**Keywords:** Democracy. Homeland. Time. History of Concepts.

### Introdução

Michel de Certeau (CERTEAU, 2011) nos lembra que o historiador, como uma voz autorizada, estabelece níveis de sentido e compreensões nas relações entre passado e presente; media alteridades; articula racionalidades explicativas dos vazios e opera “cisões”, situando os pontos de fuga em busca de entender o outro que se foi e jamais voltará. Uma tarefa difícil, mesmo este sabendo que seu trabalho consiste em “organizar” o tempo.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Neste sentido, a entrevista de José Américo de Almeida<sup>1</sup> ao jornal carioca *Correio da Manhã*, em fevereiro de 1945, foi considerada por historiadores da República (FERREIRA, 2003, p. 15; NAPOLITANO, 2018, p. 162) como um marco de ruptura com a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ela compõe, juntamente com outros ocorridos<sup>2</sup>, um montante de “fatos” que fortalecem o estabelecimento de um corte em 1945, quando se pensa em democracia no Brasil.

Tomadas pelos próprios sujeitos da época como uma referência<sup>3</sup>, as declarações de José Américo foram celebradas e reproduzidas por atenderem a interesses partidários específicos e inaugurar na imprensa, ainda que veladamente, a campanha eleitoral de Eduardo Gomes para a presidência na incerta eleição de 1945. Retomamos aqui essa conhecida entrevista e o Manifesto Mineiro, dentre tantas outras manifestações em prol da abertura política de 1945, tentando perceber quais as concepções empreendidas sobre a noção de democracia por esses atores que se construíram como “democratas”, mas que, ao cabo, reuniram-se sob a sigla partidária da União Democrática Nacional (UDN).

Não se trata de questionar a vivência de uma democracia no Brasil a partir de 1945, mas sim de refletir sobre alguns dos marcos produzidos sobre aquele momento e, principalmente, entender como os sujeitos definiram e manearam compreensões sobre o conceito de democracia. Afinal, há uma historiografia que ressalta o caráter democrático deste período como nossa primeira experiência, mesmo em meio às contradições autoritárias.

A relação entre História e Linguagem tem sido constantemente debatida no interior da(s) Historiografia(s) Nacionais e Internacionais. A História Conceitual (*Begriffsgeschichte*), em especial, vem nos lembrar que as “palavras”/conceitos possuem também temporalidades específicas e que, a partir do estudo da semântica e da pragmática, é possível mapear experiências, conflitos, interesses e projetos em sua dimensão pulsante, trazendo mobilidade à aparente paralisia que parecia sombrear o campo da História das Ideias (KOSELLECK, 2012).

A questão principal se dá em entender que a linguagem, ao mesmo tempo em que registra e transmite tensões exteriores a ela, também as constitui à medida que, no jogo das disputas sociais, estabelece sentidos sobre os “acontecimentos”. Até mesmo indicam e mediam os desejos sobre um devir, almejando acelerar ou retardar determinadas ações.

## Uma democracia submissa a Pátria

A entrevista de Américo concedida ao *Correio da Manhã* em 1945 tinha por título: “A situação: declarações do Sr. José Américo”. No impresso, ela apareceu subdividida em vários tópicos, dentre eles “um candidato irrevelado”.

Ao dissertar sobre “um candidato irrevelado”, José Américo ressaltou que “não via homens,

---

<sup>1</sup> Advogado, promotor-geral na Paraíba (1911-1922) e escritor. Sua obra “A Bagaceira” foi tida pela crítica como o primeiro romance regionalista modernista. (BRANDÃO, 2012, p. 136). Nas eleições de 1930 apoiou a candidatura de Getúlio Vargas que tinha como vice João Pessoa. No governo Vargas foi ministro da Viação e Obras Públicas e do Tribunal de Contas da União (TCU). Concorreu à disputa pela presidência, iniciando campanha eleitoral em 1937. Contudo, a ditadura do Estado Novo interdito as eleições. Mesmo afastado de Vargas, manteve-se no TCU. Em 1945, apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, chegando a participar da “comissão diretora” da UDN. Em 1953, assumiu outra vez como ministro da Viação e Obras Públicas no retorno de Vargas. Em 1964, apoiou o golpe militar. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose\\_americo\\_almeida](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_americo_almeida) Acesso em: 28 abril 2020.

<sup>2</sup> Para Francisco Roberto S. de Oliveira, o Manifesto Mineiro, em outubro de 1943; as críticas da FEB destinadas ao governo; o I Congresso Brasileiro de Escritores, (26 de janeiro de 1945); a entrevista de José Américo ao “*Correio da Manhã*”, (fevereiro de 1945); a Semana pró-Anistia promovida pela UNE (abril de 1945); a fundação da UDN (abril de 1945); o manifesto das oposições coligadas e da Esquerda Democrática (outubro de 1945); a nota do comandante da 1ª Região Militar garantindo as eleições (outubro de 1945); o ultimato dos generais a Vargas (18 de outubro de 1945); entre outros eventos conjunturais internos, teriam “minado” a ditadura de Vargas (OLIVEIRA, 1995, p. 392).

<sup>3</sup> Sob o título de “sensacionais declarações do Sr. José Américo sobre o atual momento político”, o Jornal *O Povo* de Fortaleza reproduzia a entrevista de Américo ao *Correio da Manhã*. O impresso, no período, tinha como diretor Paulo Sarasate, que mais tarde integraria o partido da União Democrática Nacional, sendo eleito Deputado Federal pela sigla durante a primeira experiência democrática brasileira. Jornal *O Povo*. Fortaleza, 23 de fevereiro de 1945.

mas sim soluções para o país”. O ideal, segundo ele, era que as energias dos brasileiros não fossem gastas com a campanha eleitoral, mas sim na resolução dos problemas materiais e políticos do Brasil. O verdadeiro patriotismo consistiria, então, em colocar o bem da “nação” acima dos interesses pessoais:

[...] Sem ter consultado ninguém e apenas como resultado de minhas observações, **conduzo-me nesta hora pela inspiração patriótica com que ao apagar das luzes em 1937 me prontifiquei a renunciar em favor de um terceiro candidato**, procurando deste modo conjurar o golpe de Estado então iminente. O general Eurico Gaspar Dutra e o sr. Batista Luzardo são testemunhas dos passos espontâneos neste sentido. Certo que outros têm ainda mais pronta do que eu a capacidade de renunciar e de abrir mão de vitórias pessoais, quando assim impõe o bem do país, é que proponho essa indicação capaz de criar a unidade nacional mais instantânea do que sempre. Não tenho dúvida de que o nosso candidato anuiria a escolha de um terceiro, uma vez afastada a possibilidade da candidatura do Sr. Getúlio Vargas. (ALMEIDA, 1945, p. 14, grifos meus)

Todo o pronunciamento de José Américo foi uma resposta a Vargas, caso ele estivesse cogitando se candidatar. O escritor defendia que só havia três homens que não poderiam concorrer à corrida presidencial: ele mesmo, Armando Sales (seu antigo opositor) e Getúlio Vargas.

Segundo o antigo aliado de Vargas, que se absteve de chamá-lo de ditador na maior parte da entrevista, o então presidente provaria que era um verdadeiro patriota ao renunciar e não se candidatar. Acionar a lógica patriótica como argumento plausível e inteligível diz muito, não só sobre o vocabulário político, mas, sobretudo, nos dá pistas do funcionamento dos códigos que constituíam os sentidos de democracia que circundavam a abertura política de 1945.

A pátria, a nação, o patriotismo e o nacionalismo, ao mesmo tempo em que despertam fascinação, se confundem e se misturam no processo de afetação. Seus usos no jogo político são quase sempre calculados, manejados para autorizar ou desautorizar e, principalmente, arrecadar aprovações ou provocar ações. Embora fossem expressões usadas no Estado Novo (LENHARO, 1986; VELLOSO, 2003; FURTADO FILHO, 2005) elas seriam ressignificadas e realinhadas a projetos completamente distintos, principalmente no que se referiria a uma política de Estado em relação à economia<sup>4</sup>. Assim, percebidas em seus sentidos históricos no que diz respeito ao manuseio pelos sujeitos sociais, elas assumiram uma volatilidade verbal tendo sido conjugadas de formas contraditórias, legitimando projetos de poder antagônicos.

Neste sentido, não só José Américo, mas também comunistas, outros de seus colegas udenistas e pessedistas<sup>5</sup> remetiam à noção de pátria em suas retóricas. Tudo parecia ser em nome da pátria e pela pátria. Tais menções foram comuns no período de abertura política de 1945 e não podem ser ignoradas, pois nos dizem muito sobre os fios que teciam e estruturavam as concepções de democracia.

Historiadores como Reinhart Koselleck e Fernando Catroga nos ajudam a compreender a trajetória semântica dessa noção tão presente nas relações sociais desse período. O primeiro nos explica que, além de ser uma palavra, patriotismo é um conceito do século XVIII, que possibilitou outros “ismos” como: “republicanismo, democratismo, liberalismo, socialismo, imperialismo, comunismo, nacionalismo, fascismo [...]” (KOSELLECK, 2012, p. 143). Ou seja, em nome da pátria e do patriotismo, atrelada à sua semântica, regimes políticos e sistemas econômicos completamente diferentes buscaram autoafirmação.

Nem sempre relacionada ao político, a pátria, palavra de origem grega, aludia, especialmente, à família, tribo, assim como “o patriota” denotava os conterrâneos e não os cidadãos. Em latim, estava associada a uma dimensão sacra da cidade natal (KOSELLECK, 2012, p. 144). Mas, isso não amenizava os afetos despertados pela mesma, haja vista os sujeitos sociais

---

<sup>4</sup> Refere-se ao projeto dito nacionalista e o projeto liberal.

<sup>5</sup> Ver discurso de posse do presidente eleito Eurico Gaspar Dutra em 1946.

expressarem lealdades às suas ancestralidades através de culto aos mortos nas terras onde nasciam.

Conforme Fernando Catroga, a “terra dos pais”, expressão assim conhecida em Homero, mobilizava sentimentos de pertença, acionava janelas da memória, corporificando “moralmente, miticamente e misticamente” (CATROGA, p. 2012, p. 13) a ausente presença do pai, além de ser, “num jogo semântico”, interiorizada como a progenitora, que se constituía como um elo entre a população: “[...] numa *frátria de compatriotas*, na qual os ‘irmãos’, [...] incitados a reconhecerem-se como ‘filhos da pátria’ e, por conseguinte, a aceitarem, em nome da honra e do juramento, o cariz sacrificial do devotamento à “mãe comum de todos (Cícero)” (CATROGA, 2012, p. 13-14).

A demonstração de sacrifício pessoal em nome da pátria, requerida pelo ex-senador da Paraíba a Getúlio Vargas, apesar de estar em outro nível semântico, isto é, no plano político, evocou também sentidos fraternos. Vale ressaltar que a nova semântica sobre a noção de pátria ocorreu em meio às aspirações modernas e revolucionárias, mas não se desligou de todo dos valores da antiguidade republicana, afinal, a Revolução Francesa incorporou o culto politizado e patriótico de seus mortos (KOSELLECK, 2012, p. 152-153).

Se a Modernidade inaugurou o patriotismo em seu sentido político, há de se refletir no conceito de patriota que, embora tivesse pretensões universais, possuía cunho elitista. O patriota, portanto, passaria a ser o cidadão, principalmente o “bom cidadão”, uma referência que mostraria as obrigações e os direitos tanto ao camponês como aos cidadãos, produzindo alterações na própria forma de conceber a pátria.

Américo, ao pontuar que, por “inspiração patriótica”, havia abdicado “em favor de um terceiro candidato”, encarnou “dois papéis”. De um lado, como o “bom cidadão”, convocou Vargas a lembrar que a pátria não era dele, mas sim que ela era a protagonista, o “sujeito da ação” (KOSELLECK, 2012, p. 145), e deveria ser percebida como tal. Por outro lado, se colocou como um possível governante verdadeiramente patriota, ou seja, como alguém que mesmo sem ter ocupado o cargo da presidência entendia que tal posição era inferior diante das necessidades que a pátria impunha.

Como patriota, o escritor reivindicava a elaboração de uma Constituição livre que expressasse “as vontades gerais”. A pátria deveria se traduzir como o próprio bem comum, que tinha na Constituição seu parâmetro, atribuindo ao governante a função de execução.

Ao examinar o movimento de “união nacional” foi possível perceber que a abertura democrática de 1945 se processou sob as égides da pátria e da ideia de continuísmo das conquistas trazidas pela dita “revolução de 1930”<sup>6</sup>, que teria se estagnado pelo golpe de Getúlio Vargas. No caso da entrevista de José Américo<sup>7</sup> fica mais clara a primeira daquelas. Toda a sua argumentação pontuava os motivos pelos quais Getúlio Vargas não era mais qualificado para ocupar o lugar presidencial, não sendo, portanto, indicado também para eleições próximas: “ele (Vargas) não tinha apoio”, não detinha a confiança dos setores democráticos, devido sua marca autoritária.

O discurso sinalizava Vargas como um traidor da pátria ao impor o Estado Novo. Não obstante, Getúlio tinha na renúncia uma forma de redenção para, quiçá, “reconquistar sua popularidade” no futuro. Era discursado como mais importante o bem da pátria e isso fica claro ao Américo afirmar que “qualquer cidadão capaz pode ser presidente da República – verdade elementar que íamos esquecendo” (ALMEIDA, 1945, p. 14). Era preciso lembrar que o poder estava na pátria e não no governante, salientando assim a pátria política, ultrapassando e

---

<sup>6</sup> Isso pode ser verificado principalmente nas “falas” dos sujeitos que integrariam o partido da UDN, como também de estudantes paulistas que, ao publicarem a primeira edição de seu jornal clandestino *Resistência*, em abril de 1944, denunciavam o Estado Novo como “degenerescência de nossas instituições republicanas” e que o movimento de 1930 “foi uma reação contra essas velhas oligarquias políticas e que trouxe para o Brasil um período auspicioso de vitalidade democrática e grandes conquistas sociais, durante três ou quatro anos [...]. *Jornal Resistência*. São Paulo. Abril de 1944. No que se refere a pátria, articulada como um lema, como já dito, pode ser percebido nas retóricas não só destes, mas de trabalhadores, comunistas e pessedistas.

<sup>7</sup> Não se pode esquecer que a entrevista é resultado das perguntas que são feitas, tendo, portanto, uma coautoria do entrevistador Carlos Lacerda.

superando a noção de Estado como mera máquina político-administrativa e institucional.

A astúcia retórica de Carlos Lacerda em destacar que as palavras do “chefe civil da revolução de 1930, ao norte,” eram brandas, não amenizavam as declarações que se seguiam ao avaliar uma possível candidatura governista. Vargas “não atenderia aos reclames de pacificação nacional numa obra comum de salvação pública” (ALMEIDA, 1945, p. 14), sua capacidade administrativa estava em xeque devido “à crise de abastecimento”, “à alta inflação”, à crise econômica de maneira geral.

José Américo ainda questionava a transferência das responsabilidades do governo em relação às crises para a guerra e a ineficiência deste em “improvisar diante de terras tão férteis. [...] A guerra trouxe capitais técnicos, cooperação na solução de nossos problemas [...]” (ALMEIDA, 1945, p. 14). A previsão do fim da guerra carregava um otimismo que permitia ficcioná-la de um modo mais convincente sobre os ganhos que ela proporcionara. Américo imputava-lhe um sentido quase que sagrado ao dizer que um de seus “reflexos” era a “purificação da democracia”. Isso ratificava, oportunamente, mais uma vez o desgaste do ditador.

Há de se salientar que o fim da guerra e a temática da crise interceptavam formas de experimentar o tempo. Não se tratava apenas do tempo acelerado do progresso, mas também de um tempo oportuno para a consolidação da democracia, de um tempo que não se poderia “perder” para ajustá-la. Na visão de udenistas como Américo e outros “democratas”, o fim da guerra, o contexto de crise brasileira era “o momento exato” para a deposição de Getúlio Vargas.

Se a temática da crise foi fomentadora para a legitimação de regimes autoritários, ela também foi importante para mostrar a ineficácia da ditadura de 1937 que se vivia no Brasil. O discurso de crise se transformou em uma mitologia política própria ao ser usada como um pretexto para a produção da retórica de que só o futuro candidato udenista à presidência poderia resolvê-la.

A crise, derivada de um contexto de guerra, seria instrumentalizada na tentativa de forjar um salvador (GIRARDET, 1989). Uma tentativa vã quando se pensa o resultado das eleições nacionalmente. No Nordeste, o brigadeiro Eduardo Gomes saiu vitorioso no Piauí, na Paraíba, estado onde Américo nascera, e no Ceará. Nas outras regiões, Eduardo Gomes só obteve maioria no Distrito Federal, estado em que também o candidato comunista, Yeddo Fiúza, teve uma expressiva votação (IBGE, 1947, p. 515). Assim, o brigadeiro Eduardo Gomes foi o herói que não funcionou para grande parte do país, apesar do grande investimento montado por intelectuais e pela imprensa para tornar sua candidatura viável e sua vitória garantida.

O presidente eleito em grande medida gozava da mesma fórmula criada para o Brigadeiro: militar, ordeiro e patriótico. Se por um lado a “fórmula discursiva” saiu vitoriosa, por outro a imprevisibilidade da opinião pública mostrava sua força redimensionando outro lugar para os eleitores no pleito. Para Jorge Ferreira, as declarações elitistas de Eduardo Gomes à imprensa durante a campanha e a atuação dos trabalhadores, a exemplo do líder queremista Hugo Borghi que, com perspicácia, questionou que grupos e projetos Eduardo Gomes representava, foram aspectos importantes para os resultados eleitorais. O autor salienta que os trabalhadores, com “consciência de seus interesses e vontade política” (FERREIRA, 2003, p. 43), atuaram no processo de negociação que culminou no apoio de Vargas a Dutra, bem como no comprometimento deste último em não invalidar as leis sociais e o Ministério do Trabalho. Esse “acordo” fora fundamental para o apoio dos trabalhadores e a inesperada vitória do candidato governista.

Contudo, em fevereiro, Américo não poderia prever o desfecho, portanto afirmava que o Brasil precisava de um homem equilibrado, um herói: “[...] de bom senso, e espírito amplo que convoque a cooperação de todos os patriotas e se cerque de auxiliares, que pelo seu valor e idoneidade mereçam a confiança nacional, esse homem sim poderá realizar o grande governo, que o Brasil mais do que nunca necessita” (ALMEIDA, 1945, p. 14).

Esses eram os atributos do “cidadão capaz”. Precisava-se de alguém que realizasse a

transição democrática, desde que fosse de maneira ordenada, mas com fama de revolucionário<sup>8</sup>. Pode-se inferir que, em um universo de guerra, o símbolo mais fácil de construir como “homem de bem”, de herói e de fidelidade à pátria era o militar. Era a associação mais rápida e eficaz de projetar, já que as Forças Armadas haviam se consolidado como ator político durante todo o governo Vargas, como bem já explicou José Murilo de Carvalho (1999).

Desse modo, o processo de construção do herói ideal para a pátria de 1945 não se encaixava no “qualquer cidadão capaz”. Tal expressão não passava de jogo retórico. Era preciso alguém que inspirasse admiração e atendesse, sobretudo, aos interesses de tutelar a imprevisibilidade que a democracia poderia trazer.<sup>9</sup>

Neste sentido, Américo pontuava o quão difícil seria o pós-guerra, sendo necessária uma “[...] união nacional [...]”, ou seja, “todos os valores mobilizáveis de nacionalidade” (AMÉRICO, 1945, p. 14). A nacionalidade<sup>10</sup> aí evocada se corporificava na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Implantar a democracia só era possível devido a devolução do porvir pelos “compatriotas” da FEB, segundo o futuro udenista. As contribuições da FEB não se alocavam apenas no presente, mas eram principalmente para o futuro. Em outras palavras, a FEB havia devolvido o futuro do Brasil.

A ânsia pela abertura política, fruto dos desgastes internos com as diferentes elites e de resistências e tensões que havia entre, por exemplo, o Estado e União Nacional dos Estudantes<sup>11</sup>, bem como os sinais do princípio do fim da guerra, indicavam outra vez o horizonte do amanhã para o Brasil. Vale salientar que as expectativas sobre um devir estavam presentes, não somente nessa entrevista de José Américo, mas nos mais diversos discursos, seja de estudantes, de comunistas, de trabalhadores, de udenistas, de pessedistas e outros. A grande questão e diferenciação estava no lugar ocupado pela democracia no amanhã de cada um desses heterogêneos grupos e os sentidos por eles articulados em torno dela, bem como os usos do passado feitos em seu nome.

Caso Vargas ganhasse, Américo já profetizava a ingovernabilidade do presidente. Os motivos eram “as oposições dos estados” (destacando São Paulo e Bahia)<sup>12</sup>, “uma Câmara dividida”, opiniões receosas de serem censuradas e um devir mundial que traria a “[...] busca de um novo padrão e aperfeiçoamento progressivo da democracia, [...]” (ALMEIDA, 1945, p. 14)

As metáforas do caos e da anarquia eram usadas para mostrar os perigos de uma vitória governista e o nível da possível ingovernabilidade de Getúlio. Estas metáforas passaram a ser

---

<sup>8</sup> Vale lembrar que Eduardo Gomes participou do levante do Forte de Copacabana que propiciou o movimento tenentista e também colaborou com a “Revolução de 1930”.

<sup>9</sup> Durante a década de 1930, as Forças Armadas Brasileiras que, inicialmente encontravam-se desorganizadas e “desunidas” (CARVALHO, 1999, p. 58), vão se fortalecendo e tutelando a política brasileira como um trunfo que permitia certa estabilidade ao governo Vargas. Em um primeiro momento, tinham o papel de se contrapor às oligarquias que se opuseram ao movimento de 1930. No levante de 1935, atuaram contendo a agitação, assim como foram importantes para o processo da Constituinte de 1934 e para o Golpe de 1937. Para que isto ocorresse, Vargas gerenciava o perigoso jogo de fortalecer a corporação, ao mesmo tempo em que tentava controlar seus chefes, o que ocorreu de forma exitosa, para José Murilo de Carvalho, pelo menos até os primeiros anos do Estado Novo. Dentre as medidas que permitiram o fortalecimento da corporação podem ser citadas: “obrigatoriedade do serviço militar para todos, reativação de tiros de guerra para treinos de civis, criação de escolas militares, [...] devolvendo-se à sociedade indivíduos não só treinados militarmente como imbuídos de valores militares [...]” (CARVALHO, 1999, p. 62).

<sup>10</sup> Por mais que as noções de nação e pátria estejam interligadas, vale lembrar que “[...] o patriotismo é ôntica, lógica e cronologicamente anterior ao nacionalismo[...]”. A nação não existe sem a pátria, mas o contrário não se dá necessariamente. Sobre isto esclareceu Fernando Catroga (2012): “Uma coisa é certa: os conceitos de pátria e de nação têm origem e significados diferentes. É que o primeiro supõe o ato de concepção, enquanto que o segundo indica o de nascimento. Todavia, na sua evolução semântica, é um fato que eles se cruzam. A nação *está* na pátria, pelo que exige um *território* (real ou imaginário) e uma *população*. [...]”. O autor ainda trata da necessidade da distinção de campos semânticos dos termos “pátria”, “nação” e “Estado” ao analisar “a densidade dos sentimentos coletivos, campo em que parece ter pertencido à ideia de nação o papel de “instância de conexão” entre a de pátria e a de Estado, caldeando a “frieza” deste com a “quentura” que a conotação daquela irradia. [...]” (CATROGA, 2012, p. 22-23).

<sup>11</sup> Cf. MÜLLER, 2005.

<sup>12</sup> Vale lembrar que estas oposições não eram tão fortes assim, já que nas eleições de 1945, Eurico Gaspar Dutra saiu vitorioso nas duas unidades federativas. No caso de São Paulo, com diferença de 402933 votos em relação a Eduardo Gomes (TSE, 1950, p. 11).

reproduzidas pelas imprensas udenistas do Rio de Janeiro e cearense<sup>13</sup> reforçando uma lógica autoritária de ordem que deveria ser trazida pela democracia. O autoritarismo, em um primeiro momento, consistia em uniformizar, homogeneizar e calar quaisquer outras possibilidades de “ordem” que não estivessem dentro do planejado ou da compreensão expressada.<sup>14</sup> Vale salientar que as ideias de José Américo expostas nessa entrevista foram pedagogicamente reproduzidas por segmentos da imprensa do país que se autoproclamavam pró democracia.

A profecia da ingovernabilidade expressava ainda a tentativa de fabricação para a nação<sup>15</sup> e para o próprio Vargas<sup>16</sup> da incompatibilidade de sua persona com o regime democrático, que tinha como “essência, ampla liberdade de crítica”, segundo Américo.

A linguagem empregada no impresso por vezes assumiu um tom constatativo. Uma mensagem que trilhava os territórios dos sentimentos através da criação da miragem do inevitável e assinalava para Vargas que o amanhã não estaria mais sobre o seu controle, afinal, o ditador não poderia ir contra a marcha da História que apontava para a democracia:

Nosso bom povo do Brasil merece respeito pela sua sorte e pelas suas decisões. Já disse que confio nele. Deverá esse Brasil do futuro valorizar o homem, esse homem resistente [...]. O novo governo [...] Terá de reformar a política sobretudo os costumes para que o homem brasileiro possa ficar ao nível dos povos; livres, civilizados e eficientes, e à altura da grandeza da terra que a Providência lhe doou. [...] Os problemas do presente e os do futuro imediato, **na recuperação da democracia**, na sua revalorização, na produção e intensificação da riqueza nacional, dependem no momento — não me canso do repetir — **da união** de todos os valores da vida brasileira, da conjugação dos esforços de todo o povo. Pelos motivos expostos, considero inviável a eleição do Sr, Getúlio Vargas, dos seus interventores, **da sua estafada máquina administrativa**, [...] Caso, porém, não se verifique a desistência da sua propalada candidatura, ainda pior do que a luta da sucessão é a estagnação do espírito público. Neste caso, uma campanha de respeito recíproco, de garantias cívicas efetivamente asseguradas por autoridades insuspeitas, um severo regime de responsabilidade para os agentes do Poder que se utilizem da máquina administrativa, dos dinheiros públicos ou da força para fins partidários, o funcionamento da Justiça Eleitoral, um pleito sinceramente efetuado no qual o vencido pudesse respeitar o vencedor, submetendo-se ao resultado das urnas, seria também — e quanto — uma forma de paz, paz nacional, de União do Brasil. A eleição por processos idôneos não desune. Ela reconcilia a Nação consigo mesma e restabelece o rumo do seu legítimo destino democrático. [...] (ALMEIDA, 1945, p. 14, grifos meus)

José Américo não fugiu muito da semântica de democracia como sinônimo de representação política, de eleição e de voto direto, própria da denominada democracia liberal. Esta concepção de democracia marcará a atuação udenista na primeira experiência democrática brasileira. Sua entrevista é emblemática e possibilita entender a atuação e algumas tomadas de decisão de seu grupo.

A esse respeito, Jorge Gomes de Souza Chaloub (2015, p. 19) considera o(s) liberalismo(s) da UDN como ponto fulcral para o entendimento das posições do partido, principalmente a partir de

---

<sup>13</sup> “Ou a ordem com Eduardo Gomes, ou a desordem com Getúlio.” *Jornal O Povo*, Fortaleza, Quinta-feira, 8 de março de 1945.

<sup>14</sup> Isso pôde ser percebido ao examinar como a imprensa udenista cearense desqualificava as manifestações de estudantes que não se adequassem aos parâmetros contidos e ordeiros na percepção deles. *Jornal O Povo*. Fortaleza, segunda-feira, 16 de abril de 1945.

<sup>15</sup> Ainda sobre a noção de nação, cabe lembrar os conflitos em torno das “nações” e por extensão do(s) “nacionalismo(s)” que vinham ocorrendo desde a Primeira Guerra Mundial. O historiador Eric Hobsbawm, ao estudar o período entre guerras, acentuou que, a partir de 1918, a construção do nacionalismo foge às “tradicionais áreas de disputas de fronteiras, eleições [...] e de necessidades linguísticas”. Afinal, a partir deste período a imprensa, o cinema, o rádio atuaram neste processo de forjar sentimentos de nacionalidade, trazendo símbolos ditos nacionais para o cotidiano das pessoas, rompendo, portanto, “as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional” (HOBBSAWM, 1990, p.170). Podemos considerar que a própria entrevista de Américo compôs o jogo das disputas simbólicas, na tentativa de tutorar os passos desta “nação” que deveria se pretender democrática.

<sup>16</sup> José Américo deixou claro, logo no início da entrevista, que falava a Vargas em nome “dos velhos tempos”: “[...] Faça de conta que sou aquele ministro que nunca lhe faltou com a verdade [...]”.

1946. Dentre estes “estilos liberais da UDN” (CHALOUB, 2015, p. 35), chamamos a atenção ao que o autor, inspirado em Benevides (1981), denominou de bacharéis. Para Chaloub, esses bacharéis subdividiam-se entre um liberalismo conservador e um modernizante, e baseavam a “ação política” em “princípios de uma tradição que mediava o novo” sem abrir mão do passado, “onde inovação era só desejável se convivesse com a conservação” (CHALOUB, 2015, p. 92). Este bacharelismo iluminista, para Gláucio Ary Dillon Soares (2001, p. 99), podia ainda ser notado através da ênfase dada à expressão “união nacional”. Esta carregava a uniformização das “classes”, excluindo trabalhadores e trabalhadoras do processo político por concebê-los de forma paternalista, assim como também o fizeram alguns segmentos de esquerda.

Portanto, ao abordar o povo de forma plástica, o escritor não se referiu a nada mais do que os eleitores, flertando de maneira rápida com a noção de soberania popular própria das tradições romano-medieval e republicana moderna (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 321-323). Sobre isto, Francisco Weffort (1978, p. 18) pontuava “que não se pode confundir o povo com o corpo eleitoral” e que “a exaltação nacionalista do povo confunde ao invés de esclarecer, o sentido real da participação política das massas”. O uso genérico do “povo” por Américo pode ser percebido pela ausência de uma retórica que militasse pela ampliação da participação política, afinal, neste período grande parte da população brasileira era analfabeta<sup>17</sup>, estando impedida de exercer direitos políticos.

Há de se ressaltar ainda que os princípios da democracia liberal evocados por ele tinham especificidades: uma “pragmática” bem demarcada pelos signos da ordem e da pátria convalida que precisava ser restaurada pela mitologia do herói. Só há sentido no herói se houver uma pátria. A concepção de Estado não desperta tais passionalidades.

Entendida pela própria historiografia como um dos marcos da abertura democrática por ter “rompido com a censura estadonovista”, a entrevista de José Américo não foi exatamente um manifesto pela democracia, mas sim um protesto quanto a uma possível candidatura de Vargas. Tentava-se manipular as sensações coletivas ao instrumentalizar as noções de estadista e patriota, ao mesmo tempo em que se procurava construir outro significado de pátria: o Brasil como pátria política maturada. A pátria, neste sentido, seria inconciliável com o ditador Vargas.

É inquestionável a relevância de uma entrevista com ideias frontalmente direcionadas a Vargas, expropriando dele o passado e, principalmente, um futuro próximo, ter sido publicada no início de 1945. De fato, ela foi e continua sendo emblemática, apesar de não ter sido a primeira que Américo concedia.

Em seis de fevereiro de 1945, o Jornal *O Povo*, de Fortaleza, com a manchete “Eleições no Brasil”, transcrevia do Jornal *Parga*<sup>18</sup> do Rio de Janeiro afirmações de algumas figuras públicas. Com o título “Importantes declarações dos srs. José Américo, Batista Lusardo, Antonio Carlos e A. Bernardes”, falou-se sobre a expectativa de retorno às eleições no Brasil. José Américo, semelhantemente aos outros, declarou seu desejo de retorno à democracia e às eleições. Entretanto, foi incisivo ao pontuar a necessidade de “[...] eleições de verdade, isto é, com voto secreto, cujas vantagens já foram demonstradas em experiências já realizadas e que se processe sem quaisquer restrições a consciência dos cidadãos e com liberdade de propaganda, a fim de que seu resultado, seja acatado por todos.” (ALMEIDA, 1945)

Percebe-se que, desde o início de fevereiro de 1945, a imprensa brasileira já reivindicava eleições de forma mais aberta, realizando sutilmente críticas ao governo sem ser censurada. Logo, vale questionar até que ponto a entrevista de Américo no dia 22 de fevereiro ao *Correio da Manhã* “rompeu com a censura”. Em vinte e nove de janeiro de 1945, Paulo Sarasate, através do Jornal *O Povo* do Ceará, comemorava o rompimento do Brasil com o Eixo destacando que tal ato “repôs o

---

<sup>17</sup> Segundo o mapeamento da situação demográfica de “caracteres individuais” do período, no Brasil havia 13.329.779 pessoas que não sabiam ler e escrever (IBGE, 1947, p. 35).

<sup>18</sup> Não encontramos muitas informações sobre este periódico.



Brasil no caminho da liberdade e da soberania popular.”

Se, oficialmente, as atividades do DIP foram encerradas em maio de 1945, pode-se pensar que sua atuação já não era a mesma desde o final de janeiro. Cabe pensar se a entrevista de José Américo não foi construída como um marco da abertura democrática pela própria imprensa udenista e os atores envolvidos, assim como estes fizeram com a Carta dos Mineiros.

### Além de uma democracia liberal

Vamos abrir espaço, em seguida, a publicação de um documento histórico – **O Manifesto Mineiro – possivelmente um dos mais influentes nos dias que antecederam a época atual.** O Manifesto Mineiro tem sua história e acarretou consequências, vinditas da ditadura, como veremos. Tendo o presidente, no discurso de 7 de setembro, aberto as perspectivas políticas para a discussão do problema da restauração constitucional, entenderam alguns políticos mineiros que era chegado o momento das oposições latentes, porém formos, sob o regime ditatorial, **de prestar sua colaboração patriótica e desinteressada.** [...] <sup>19</sup>

A invenção udenista de que o Manifesto Mineiro teria sido crucial em prol da abertura democrática foi reproduzida por alguns historiadores e cientistas políticos (FAUSTO, 1996; Brum, 1988; SOUZA, 1980). Em contraposição a essa interpretação, Maria Victória Benevides (1981) pontuou sobre a importância da Carta aos mineiros para a História da UDN, destacando a falta de proposta clara desta para a derrubada do regime ditatorial. Assim, o Manifesto Mineiro, em grande medida, foi fabricado pelos partidários udenistas como um marco para a queda de Vargas e uma referência de luta rumo à democracia.

Entendido, não só por Benevides, mas também por Ricardo Maranhão e Antônio Mendes de Almeida Júnior (1982) e Gilberto Grassi Calil (2001) como uma manifestação das “elites liberais e oligárquicas” sem proposta de grandes transformações, interessa-nos pensar quais concepções de democracia o documento evocara:

A base moral do fascismo assenta sobre a separação entre governantes e governados, ao passo que a **base moral e cristã da democracia** reside na mútua e confiante **aproximação dos filhos de uma mesma pátria**, na conseqüente **reciprocidade na prática alternada do poder**, e na **obediência por parte de todos, indistintamente** (MANIFESTO MINEIRO, 1943, grifos meus).

A articulação pragmática do discurso vinculou a democracia ao moralismo cristão como marco que a distinguiria inclusive do fascismo. À pátria, como a matriarca política, dever-se-ia a submissão. Nota-se que, desde 1943, existia a preocupação com a imprevisibilidade que a abertura política poderia causar. Havia um desejo de assegurar uma democracia subserviente e jamais subversiva. Queria-se derrubar o regime, mas não necessariamente renunciar a alguns de seus valores (por exemplo, a obediência) apesar de a ditadura ter sido construída como forma de degradação moral. Não obstante, a democracia não foi retratada somente na perspectiva moral:

[...] os povos ocidentais compreenderam [...] que fora da democracia não há salvação possível, para a paz e as liberdades que enobrecem e exaltam a espécie humana [...] o seu princípio vital é geralmente, **a virtude**, segundo a bela demonstração [...] e raramente lida do **Montesquieu**. [...] para que a democracia produza frutos, é necessário que o homem da rua e o das classes dirigentes possuam o mesmo apurado sentido **de bem comum** e a mesma ardente e **abnegada ambição de servir**. [...] a democracia por nós preconizada **não** é a mesma do tempo do **liberalismo burguês**. [...] preconizamos uma reforma democrática que, sem esquecer a liberdade espiritual, **cogite, principalmente, da democratização econômica** [...] Queremos algumas coisas **além** das franquias fundamentais, do **direito ao voto** e do **“habeas corpus”**, Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de **garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem estar** para todos os brasileiros, não só das

---

<sup>19</sup> “O MANIFESTO AO POVO MINEIRO. Um documento histórico, talvez o mais influente da época atual”. Com este título e subtítulo, o Jornal *O Povo*, 20 de março de 1945 apresentava o documento. Em 1943, o manifesto foi censurado pelo DIP quando seus signatários tentaram publicar na imprensa do Rio de Janeiro. Grifos meus.

capitais, mas de todo território nacional. Queremos **espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais** [...] queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político (MANIFESTO MINEIRO, 1943, grifos meus).

Por mais que tente desvencilhar sua noção de democracia do “liberalismo burguês”, a carta em sua integralidade dedicou mais argumentos à reivindicação do retorno aos direitos políticos e às liberdades, principalmente de pensamento e crítica, no espaço público. Também se aproximou da tradição Republicana Moderna (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 323), mobilizando no discurso a democracia como antônimo de qualquer despotismo e defendendo a República democrática de Montesquieu, como eles mesmos deixaram claro.

Outrossim, nos chama atenção quando, em meio a estas concepções, os mineiros fizeram uma crítica às injustiças e desigualdades sociais reafirmadas, para eles, pela Revolução Francesa. Diante de tais colocações, podemos considerar que houve negociações no processo de elaboração da carta até o documento finalizado?

Percebem-se diferentes concepções de democracia expressas no documento, possivelmente fruto de tensões entre os envolvidos e das críticas que o sistema liberal vinha sofrendo desde o final da década de 1920. Ainda podemos cogitar se não foi uma tentativa ardilosa de dialogar com a retórica antiliberal do Estado Novo (VELLOSO, 2003, p. 154-155) para que o documento fosse publicado sem impedimentos. Havia uma preocupação em esclarecer que a ação empreendida era um “manifesto pela liberdade” e não um “documento subversivo”.

Proposta por Afonso Arinos de Melo Franco, a carta foi redigida por Virgílio de Melo Franco no Rio de Janeiro, com contribuição de Odilon Braga, entre outros. Seguiu para Belo Horizonte para que Pedro Aleixo e Milton Campos colaborassem. Por mais que no próprio manifesto houvesse uma preocupação de afirmar que todos que ali assinavam não eram meros “indivíduos de orientação isolada, mas [...] movimentos de ação convergente” em nome da abertura política, tais aceções sobre democracia são indícios relevantes de uma disputa de possíveis projetos para o Brasil (MANIFESTO MINEIRO, 1943).

Os assinantes desta carta foram olhados pela historiografia (BENEVIDES, 1981; MARANHÃO; ALMEIDA JÚNIOR, 1982; CALIL, 2001) a partir da lógica do ressentimento em torno de Vargas<sup>20</sup>, o que é perfeitamente plausível, assim como pelo relevo de seus interesses que também saltam aos olhos no momento de uma leitura do documento. Não se discorda em si de tais interpretações, mas o que queremos chamar atenção é que esta lupa de análise propiciou uma homogeneização dos assinantes, retirando-lhes quaisquer divergências e tensões no que diz respeito à semântica e ao papel da democracia.

Maria Victória Benevides (1981) observou a contradição presente no próprio documento ao salientar que o Manifesto defendia a “instauração de um estado de bem-estar”, mas suas perguntas sobre a União Democrática Nacional orientaram seu olhar para minimizar tal questão, sobressaltando os interesses políticos dos quais não discordamos que houvessem.

O que se quer ressaltar é que não podemos reduzir a concepção de democracia encontrada no “documento dos mineiros” apenas à lógica de representação política da democracia liberal, por mais que haja uma prevalência de argumentação a favor do que eles denominavam de “liberdade espiritual” e uma visível reivindicação pelo poder.

As concepções de democracia em cena no texto enunciam um conflito, embora administrado, que se expressa na contundente crítica a um regime democrático que, uma vez

---

<sup>20</sup> Tendo como referências as assinaturas foi possível perceber que todos os assinantes da carta aos mineiros tinham em comum a interrupção de suas carreiras pelo regime ditatorial. Professores e funcionários públicos que foram demitidos de seus cargos ou aposentados compulsoriamente devido ao Art. 177 da Constituição Federal de 1937, contratados afastados de cargos de empresas privadas, ameaçados de exílio, como o político Alberto Deodato fez questão de destacar ao assinar o documento, promotores cujas promoções foram cassadas, entre outros. O perfil dos assinantes é elitista, mas não se tratou somente de assinatura de políticos. Benevides (1981) contabilizou 92 assinaturas no documento por ela analisado. No documento transcrito pelo Jornal *O Povo* – CE constavam apenas 74 assinaturas.

estabelecido, se omitisse em lidar com os problemas das desigualdades sociais. Se o uso foi “demagógico” ou não, se constitui uma questão inócua. O que se pode afirmar é que muitos dos signatários desse documento, anos depois, levantaram bandeiras autoritárias e elitistas. O que estamos salientando são os sentidos registrados de democracia na carta aos mineiros e que essa construção pode não ter sido tão harmoniosa como eles pretenderam transmitir. No documento é possível perceber uma crítica clara a uma democracia que se restringisse a lutar somente por direitos políticos (direito ao voto) e civis (*habeas corpus*) e desconsiderasse os direitos sociais.

Com isso, não estamos minimizando os interesses políticos que perpassaram a elaboração do conteúdo da carta, pois isso seria uma análise ingênua. Inclusive, eles são importantes para nos ajudar a entender a construção da entrevista de José Américo como um marco criado pela UDN, almejando reger as sensibilidades dos leitores eleitores quanto aos possíveis processos eleitorais.

Benevides (1981) considerou importante para o entendimento das motivações do Manifesto a seguinte declaração de Virgílio de Mello Franco feita em 1946:

[...] desvendando a transparente intenção do cônsul, os homens da resistência democrática, especialmente os de Minas, conspiraram, a bem dizer, em segredo, para elaborar um Manifesto que logo se tornou conhecido com a denominação de Manifesto Mineiro... quando começou a mudar a sorte das batalhas e o imenso poderio militar e industrial americano passou a pesar na balança, o plano de nosso pequeno Napoleão 111 tornou-se de uma clareza meridiana. **Ele surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia**” (FRANCO 1946, p. 11, *apud*, BENEVIDES, 1981, grifos meus).

A suspeita e o receio dos udenistas de que Vargas daria outro golpe usando a democracia integrou as entrevistas e os comentários às imprensas cearense e carioca. A entrevista de José Américo foi um exemplo disso. A questão é até que ponto, no momento da carta, esta suposição estava presente ou tão clara assim para um grupo que comporia os udenistas dois anos depois. Teria a censura ao Manifesto inspirado esta desconfiança? Ou ela já estava presente, como afirmara Virgílio Franco? Deve-se observar que foi um olhar de 1946 para um evento de 1943. Um olhar interessado, inclusive, em mitificar o Manifesto. Como lembra Walter Benjamin (1940): “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. “Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...]”. (BENJAMIN, 1994, p. 224).

A questão é que esse depoimento ajuda a pensar a UDN de 1945 e a explicar o fato de, na entrevista, José Américo estar mais preocupado em argumentar a incompatibilidade da candidatura de Vargas com a democracia do que mesmo ressaltar possíveis transformações sociais que o novo regime traria. A entrevista de Américo poderia assim ser entendida como uma tentativa de antecipação à suposta cartada final de Vargas que, para ele, era o uso da própria democracia como uma forma de continuísmo.

O desejo de ocupar o poder explica por que os udenistas alinharam a democracia aos direitos políticos. Sobre isso, Américo já se defendia ao dizer que não poderia também se candidatar, mas corroborou ao tutelar a democracia vislumbrada pelas insígnias do autoritarismo, da pátria, da ordem e somente da representação política. Apesar da diferença de dois anos entre a Carta aos mineiros e da entrevista de José Américo<sup>21</sup> ao *Correio da Manhã*, ambas foram ressignificadas e forjadas pelos udenistas como marcos inerentes da democracia, como forma de construir uma memória sobre eles como os verdadeiros democratas preocupados com a pátria.

---

<sup>21</sup> Nada mais interessante para legitimar o discurso de Américo do que o fato dele ter sido antigo aliado de Vargas. Suas declarações, mais do que para fortalecer uma oposição contra a ditadura, eram importantes para enfraquecer a possibilidade de vitória do ditador nas urnas caso ele se candidatasse.

## Fontes

Entrevista de José Américo ao *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 22 de fevereiro de 1945.

Discurso de posse do presidente eleito Eurico Gaspar Dutra em 1946.

Jornal *O Povo*, Fortaleza, de janeiro a abril de 1945.

Manifesto Mineiro de 1943.

Resultado da Eleição para a Presidência da República – 1945. Anuário Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ano VII – 1946. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947.

Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2806>. Acesso em: 05 maio 2020.

## Referências

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1, 2. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 2007, vol. 1.

BRUM, Argemiro. *Democracia e Partidos Políticos no Brasil*. Ijuí.: UNIJUÍ, 1988.

CALIL, Gilberto Crassi. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. *Revista Tempos Históricos* M. C. Rondon v. 3, n. 1, p. 91-120, 2001.

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro. In: D' ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ FGV, 1999, p. 55-81.

CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. *Temas essenciais*, 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

CERTEAU, Michel de. O ausente. In: CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 179-188.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-46.

FURTADO FILHO, João Ernani. Modernismo Café-com-Leite: Intelectuais, Arte e Política, 1922-1945. *Revista Trajetos*. Fortaleza: Departamento de História da UFC, v. 3, n. 6, p. 85-100, 2005.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric. O apogeu do nacionalismo: 1918-1950. In: HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli, Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 159-194.

KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Tradução de Luis Fernández Torres. Madrid: Editorial Trotta, 2012. (Ciencias Sociales).

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.

MARANHÃO, Ricardo; ALMEIDA Jr, Antônio Mendes (org.) *A era Vargas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. Da crise do Estado Novo nasce uma República democrática. In: NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República – da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed., 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2018. p. 155-171.

OLIVEIRA, Francisco Roberto de. A Redemocratização e a política partidária cearense. In: SOUZA, Simone (org.). *A História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 391-403.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Os partidos políticos. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 85-136.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estatismo da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145-179.

WEFFORT, Francisco Correia. Política de Massa. In: WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 15-78.

### Nota de autoria

Cintya Chaves é doutoranda em História Social pelo PPGH da Universidade Federal do Ceará. Mestre em História e Culturas, pelo PPGH da Universidade Estadual do Ceará. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos/UECE. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Selvíria. Atualmente é Professora Substituta na UECE – Campus Limoeiro do Norte/FAFIDAM e da Universidade Aberta do Brasil (UAB)/UECE, atuando nas áreas de Teoria e Metodologia da História e Ensino de História. E-mail: [cintyachaves2@gmail.com](mailto:cintyachaves2@gmail.com).

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

CHAVES, Cintya. Democracia(s)? Algumas considerações sobre abertura política de 1945 na (entre)vista de José Américo e no Manifesto Mineiro. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 311-324, 2020.

### Contribuição de autoria

Não se aplica

### Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

### **Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica

### **Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### **Histórico**

Recebido em 14/08/2020.

Modificações solicitadas em 12/09/2020.

Aprovado em 28/09/2020.